

Siderúrgica precisa controlar poluição

MPF quer que a ArcelorMittal adote medidas emergenciais para reduzir poluentes

⌘ Foi pedido à Justiça Federal a adoção de medidas emergenciais para inibir ou reduzir a emissão de poluentes atmosféricos na Grande Vitória. As ações deverão ser adotadas pela ArcelorMittal que, nos casos extremos, deverá até paralisar as suas atividades.

A solicitação foi feita pelo Ministério Público Federal que quer ainda que a Justiça obrigue a empresa a disponibilizar em seu site os relatórios de monitoramento da qualidade do ar da Grande Vitória. Realizados pela empresa, eles são repassados periodicamente para o Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema).

A intenção é permitir que a população saiba a quantidade de poluentes gerados e, assim, possa participar das ações de controle.

Outro ponto é que o MPF cobra que a empresa apresente plano de automatização dos controles e monitoramentos ambientais das emissões atmosféricas, de modo a ampliar a confiabilidade dos dados. E, quando isto não ocorrer, que a Arcelor tenha que paralisar suas atividades imediatamente sempre quando os sistemas de redução de emissões sofrerem paradas por qualquer razão – inclusive as programadas, de emergência ou para manutenção.

Quanto ao pó preto, que sejam adotadas medidas emergenciais para evitar a dissipação deste tipo de poluição. Para o MPF não há dúvidas de que a Arcelor-



Poluição na área da companhia no céu de Vitória

Mittal é uma fonte relevante de poluição atmosférica da região. E citam os documentos produzidos pela CPI do Pó Preto, da Assembleia Legislativa.

FERNANDO MADEIRA - 07/01/2016

O requerimento cita documentos da própria empresa que registram a evolução das emissões de poluentes de 2010 a 2012. Os compostos de nitrogênio foram

os únicos a sofrerem redução. Enxofre, poluentes orgânicos persistentes e compostos orgânicos voláteis apresentaram aumento.

O material particulado (pó preto) saiu de 2.234 toneladas em 2010 para 2.992 toneladas no ano passado.

No mesmo requerimento feito à Justiça, a Procuradoria da República solicitou ingresso na ação civil pública movida pela Associação Nacional de Meio Ambiente (Anama). Na prática, ela pede para se tornar uma das autoras do processo. Para Anama, a participação de todos os órgãos públicos no processo é importante. “E será um avanço garantir todos os pedidos feitos pelo MPF de controle da poluição”, explicou um dos fundadores da instituição, Luís Fernando Nogueira Moreira. (Vilmara Fernandes)

OUTRO LADO

Empresa não recebeu intimação

⌘ “A ArcelorMittal Tubarão informa que não recebeu qualquer intimação do Poder Judiciário para dar cumprimento ou se manifestar quanto ao pedido do Ministério Público Federal e, portanto, não tem como se pronunciar sobre o assunto. Informa ainda, que os relatórios protocolados periodicamente no Iema, podem ser acessados por qualquer cidadão mediante solicitação ao órgão. A empresa reforça, mais uma vez, seu compromisso com a questão ambiental da Grande Vitória e que se mantém aberta ao diálogo com os órgãos públicos, meio acadêmicos e sociedade em geral.”